

REFLEXÃO SOBRE DIFICULDADES ENFRENTADAS POR PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS EM ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Maria da Conceição Coringa dos Santos

UCAM – UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

mariacoringa.psi@outlook.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa proporcionar a reflexão sobre a atenção que tem sido dada aos professores que lidam com alunos portadores do Transtorno do Espectro do Autismo. Neste trabalho são levantadas questões sobre as possíveis dificuldades que são enfrentadas pelo professor com relação ao ensino aprendizagem de alunos autistas, principalmente em escolas públicas.

Diante da precária situação educacional em que se encontra o Brasil com relação à educação, e a especial atenção que o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo demanda, surge a inquietação se, realmente, os professores estão tendo condições para fornecer o atendimento especializado citado na Lei de diretrizes e bases da educação (Brasil, 1996).

A Lei de diretrizes e bases da educação (Brasil, 1996) aborda em seu Art. 59, que devem haver professores capacitados nos sistemas de ensino para integração de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Ressalta-se que após a publicação do DSM V (2014), os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) passaram a ter apenas um diagnóstico, qual seja Transtornos do espectro do autismo – TEA. Portanto quando fala-se em TGD pode-se dizer que está se falando em TEA.

Tendo em vista a necessidade de inclusão de pessoas com necessidades especiais no mundo contemporâneo, e sabendo-se que as pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo devem ser incluídas na sociedade, faz-se necessário investigar como está ocorrendo esse processo, principalmente em sala de aula, local de extrema importância para a sociabilização.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais traz um novo desafio para os docentes. Assim, o maior interesse neste trabalho é chamar a atenção para essa temática a fim de que este subsidie futuras intervenções na maneira de como está ocorrendo o suporte dado aos professores com relação à inclusão desses alunos.

A fundamentação teórica teve como base a pesquisa bibliográfica, tendo sido analisados artigos científicos divulgados no meio eletrônico, Leis federais da República Federativa do Brasil, bem como livros relacionados ao tema.

METODOLOGIA

Realizada pesquisa bibliográfica considerando autores como CAMARGO e BOSA (2009), SILVA, GAIATO e REVELES (2012), MANTOAN (2003), entre outros, bem como consulta as Leis 9.394/1996 e 12.764/2012.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo na escola é de extrema importância para a sociabilização das mesmas. De acordo com o DSM V (2014) tal transtorno tem como principais características déficits na comunicação e interação social, e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Sendo assim, ampliar o convívio dessas crianças

com outras a partir de sua inserção na escola, proporcionará condições para um maior contato com pessoas de sua idade, bem como para o seu desenvolvimento.

A lei federal 12.764/2012 veio para instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo. A mesma traz como diretriz em seu Art. 2º, inciso “VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;” (Brasil, 2012).

A diretriz acima coaduna com a Lei 9.394 de diretrizes e bases da educação (Brasil, 1996), no que diz respeito à educação inclusiva. Esta lei, traz em seu Art. 59, inciso III que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;” (Brasil, 1996)

Diante do exposto acima, fica perceptível que no Brasil existem leis que determinam a formação adequada de professores que possam facilitar o processo de inclusão e ensino de pessoas portadoras do Transtorno do Espectro do Autismo. Diante disso, surgem as perguntas: Essa formação está ocorrendo de forma adequada? Existe uma formação continuada que supra a necessidade dos professores para que consigam auxiliar essas crianças? E quanto às condições em sala de aula, são suficientes para a inclusão desses alunos?

De acordo com Silva, Gaiato e Reveles (2012) os primeiros sintomas do autismo surgem antes dos três anos de idade, as principais áreas prejudicadas são habilidade social, comunicação verbal e não verbal, e inadequações comportamentais. As crianças com autismo têm dificuldade em interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros; apresentam interesses restritos e repetitivos; e têm dificuldade de lidar com o inesperado.

As características citadas acima, certamente são diferenciadas da maioria das crianças com as quais os professores estão acostumados a lidar. Portanto, caso esses profissionais não possuam as condições necessárias para atender as demandas advindas dessas peculiaridades, as crianças que sofrem de Transtorno do Espectro do Autismo serão prejudicadas em sua inserção escolar, bem como o professor ficará sobrecarregado diante da demanda exigida.

Em seu livro “Mundo Singular: entenda o autismo”, Silva, Gaiato e Reveles (2012) traz o relato de uma professora que ao ter seu primeiro aluno com autismo, este com quatro anos, ficou bastante preocupada, pois não conseguia mantê-lo dentro da sala de aula, e ao ser contrariado gritava chorava e se jogava no chão. A professora se viu confusa com o comportamento da criança, mas também não queria deixá-lo alheio às atividades.

Após esse relato os referidos autores (2012) destacam a necessidade dos professores que trabalham com inclusão escolar de não apenas se preparar pedagogicamente, mas também de ter um acompanhamento psicológico adequado, para que possam estar trabalhando suas dificuldades, seus medos e suas frustrações, as quais são intensas, pois alguns veem esses alunos como um desafio e, sentem dificuldades ao lidar com eles.

Levando em consideração o que se percebe no dia-a-dia das escolas públicas brasileiras, como falta de incentivo aos professores, condições estruturais e tecnológicas insuficientes para um ensino de qualidade, a grande quantidade de alunos existentes em uma única sala, e a especial atenção que o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo demanda, pode-se afirmar que tal acompanhamento e/ou apoio não tem acontecido.

É importante ressaltar que segundo Camargo e Bosa (2009) o desenvolvimento social das crianças autistas está em risco desde os primeiros anos de vida destas, e a escola tem um papel fundamental no enfrentamento desse déficit ao possibilitar experiências socializadoras, permitindo o desenvolvimento de novos comportamentos mais adaptados.

Silva, Gaiato e Reveles (2012, p. 107) corrobora afirmando que “O ingresso na escola é um marco importante no desenvolvimento das crianças. Não apenas para o aprendizado em si, mas também pelo desenvolvimento social e pela formação do desenvolvimento como um todo”.

O exposto acima não diz respeito apenas às crianças tidas como “normais”, a interação proporcionada pela escola é primordial para todas as crianças, ainda mais para aquelas que por apresentar necessidades especiais são excluídas naturalmente de vários ambientes. A inclusão destas na escola é importante para todos os envolvidos, visto possibilitar o convívio com as diferenças, desde os primeiros passos rumo à vida adulta, favorecendo o respeito ao próximo, tão escasso nos dias atuais.

No entanto, para que tal inclusão ocorra da forma adequada faz-se necessário que seus principais colaboradores, quais sejam os professores, recebam condições para desempenhar suas atividades satisfatoriamente. É fundamental que estejam preparados para lidar com esses alunos a fim de que não ocorra o que Mittler (2000 apud MANTOAN, 2013) afirma:

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos. (MITTLER, 2000 apud MANTOAN, 2013, p. 14).

Assim, faz-se necessário tentar compreender, como esses professores se sentem ao receber esses alunos em sala de aula, quais são as dificuldades que os mesmos encontram em sua prática de ensino, para que possa haver uma preparação destes e, conseqüentemente, um bom trabalho junto a essas crianças.

De acordo com Sanches e Teodoro (2006, p. 66) “a integração escolar retirou as crianças e os jovens em situação de deficiência das instituições de ensino especial”, isso permitiu que tais sujeitos conhecessem um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem. Os mesmos autores dizem ainda que:

As práticas pedagógicas foram também transportadas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa vertente mais educativa, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno [...] (SANCHES; TEODORO, 2006, p. 66)

Tal iniciativa, validada pela lei de diretrizes e bases da educação (Brasil, 1996), é extremamente importante para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. No entanto, é importante que se observe questões existentes no dia-a-dia das escolas públicas brasileiras como salas de aula em condições precárias, e a atenção que é dada ao professor, principal mediador da educação.

Camargo e Bosa (2009) afirmam que proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária estimula às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Bem como as deixará mais preparadas para a vida adulta.

A afirmação de Oliveira e Nascimento (2011) descrita abaixo, fortalece a fala dos autores acima, ao trazerem que:

A escola é um ambiente de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas, onde diferentes concepções podem ser trabalhadas. De maneira produtiva, a interação proporcionará a criação de vínculos afetivos por parte de crianças e adultos, colaborando para a identificação do outro e o respeito as suas diversidades. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2011, pg. 14

Assim, percebe-se a importância que a escola tem para a inclusão e sociabilização de seus alunos, ainda mais aqueles que possuem necessidades especiais, entre elas o Transtorno do Espectro do Autismo, ocorrendo além do ensino propriamente dito, a promoção do contato afetivo para com o outro.

Tendo em vista que é exigência posta pelo poder público de que existam professores na escola preparados para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração de educandos com necessidades especiais nas classes comuns (Brasil, 1996), fica a interrogação se essa capacitação é garantida aos professores, ou se ocorre apenas a exigência desta sem proporcionar oportunidades de consegui-la, se não por meios e gastos próprios.

De acordo com Oliveira e Nascimento (2011) existem outras formas de ensino para crianças autistas, como tratamentos biomédicos e abordagens educacionais que podem promover o desenvolvimento social e a recuperação dessas pessoas, como o programa Son-Rise, programa domiciliar, no qual há a necessidade de uma equipe multidisciplinar para auxiliar os pais, visto que estes são os principais dirigentes do programa.

Apesar de tal técnica ser de extrema importância para o desenvolvimento da criança autista, não é interessante que os pais limitem seu filho a apenas esse programa, sendo primordial que o mesmo seja inserido na escola, pois nesta, além da interação com os pais e professores, haverá também interação com outras crianças.

Percebe-se acima que no programa Son-Rise, existe uma equipe multidisciplinar que auxilia os pais. Será que na escola há uma equipe que possa auxiliar o professor diante das dificuldades que surgem no ensino aos alunos? Com certeza a escola que possuir uma equipe formada por professores, psicólogos, nutricionistas, psicopedagogos estará bem mais preparada para lidar com a inserção dos alunos na vida estudantil e social. Infelizmente, não se vê tal equipe nas escolas públicas.

Levando-se em consideração que é a partir do outro que o indivíduo se reconhece (SARTRE, 1997), a maneira como as crianças com Transtorno do Espectro do Autismo são recebidas e vistas pelos seus colegas, pais de alunos e professores; a forma como essa relação se dar no contexto escolar será de extrema importância para o desenvolvimento da sociabilização desse aluno, a qual reverberará por toda sua vida.

Segundo Mantoan (2003, p. 13) “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. Assim, surge mais uma pergunta a ser respondida: está havendo esse tipo de educação no Brasil?

De acordo com Thomaz (2009) a educação no Brasil é marcada por diferenças sociais e pela negligência do Estado. Tal afirmativa não responde a pergunta acima, mas possibilita o pensar a respeito, levando empiricamente a um vislumbre da verdade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho trouxe em seu desenvolvimento questões pertinentes sobre o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo em escolas públicas, principalmente no que diz respeito ao apoio dado aos professores.

O que se percebe no sistema público de ensino é uma grande demanda para os professores, repleta de cobranças, as quais devem ser respondidas a contento. Portanto, precisa ser feita uma análise se tais exigências estão sendo cumpridas, e se não estão qual o motivo. Levando-se em consideração que muitas questões escolares como infraestrutura, estão acima da atribuição dos professores, tais problemáticas devem ser observadas.

Fazem-se necessários estudos posteriores que possam responder questões como: quais as dificuldades sentidas pelos professores no ensino/aprendizagem de crianças autistas no

sistema público de ensino; quais as possibilidades dadas aos professores para auxiliar na inclusão desses alunos; se os componentes curriculares na formação de licenciatura estão adequados ao que os professores vão enfrentar na prática, entre outras questões pertinentes.

Os professores no seu cotidiano de trabalho irão se deparar com pessoas que possuem algum grau de comprometimento cognitivo, seja por Transtorno do Espectro do Autismo ou outra necessidade especial. Sendo assim, uma formação compatível, bem como as condições necessárias proporcionadas pelo sistema público de ensino, são imprescindíveis para o atendimento adequado a essas demandas.

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – DSM-V-TR. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 23 de set. 2017.

_____. Lei 12.764, de 27 de dez. de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 23 de set. 2017.

CAMARGO, Sígla Pimentel Hoher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, 21 (1): 65-74, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? **Cotidiano Escolar**, São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Lucilene Cabral de. NASCIMENTO, Rosa Maria Silva do. **Autismo: uma abordagem pedagógica para compreensão do processo de ensino/aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências, cultura e Extensão do RN – Facex, Natal, 2011.

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos**. Revista Lusófona de Educação, 2006, 8, 63-83.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Ana Beatriz B.; GAIATO, Mayra Bonifacio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TOMHAZ, Jaime Roberto. **A educação do Brasil nos dias atuais**. 2009. Disponível em: <<http://webartigos.com/artigos/a-educacao-no-brasil-nos-dias-atuais/25509>>. Acesso em 23 de set 2017.